**IMPÔSTO PREDIAL — ISENÇÃO TRIBUTÁRIA — CON-
CESSÃO DERIVADA DE ATOS ANTERIORES À EXI-
GÊNCIA DE APROVAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚ-
BLICA**

— O Decreto-lei federal n.º 1.202, no art. 32, n.º XXII, só condicionou à aprovação do Presidente da República os textos legislativos baixados após sua vigência. Não atingindo a legislação local já em execução, as isenções se poderão conceder, nos termos desta, independente daquela autorização.

— Interpretação dos arts. 32, n.º XXII, e 55 do Decreto-lei n.º 1.202, de 8-4-39, e do art. 23 do Decreto-lei n.º 5.511, de 21-5-43.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Salvador e outro versus Osmar Gomes e outros

Apelação cível n.º 8.346 — Relator: Sr. Desembargador

EDUARDO LUZ

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de apelação cível n.º 8.346, ano de 1944, sendo apelantes o Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal da Capital e a Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador e apelados os Srs. Osmar Gomes, Fernando Meneses de Góis (bacharel), Raul Schimdt (doutor em Medicina), Francisco Teodoro Pereira das Neves e Laulo Diniz Gonçalves (engenheiros) e Mário da Fonseca Fernandes de Barros (bacharel), os Juizes da Turma assim apreciam e julgam:

Os apelados, tendo planejado construir casas em terrenos baldios, sítos no território do Município desta Capital, em conformidade com leis municipais, requereram vistoria administrativa para constatar a qualidade de baldios dos terrenos onde iam construir, o que efetivamente levaram a efeito.

Com exceção do primeiro dos nomeados recorridos, todos os pleiteantes pediram a dita vistoria após a vigência do Decreto-lei federal n.º 1.202, de 12 de abril de 1939, de cuja letra a Prefeitura Municipal, ora apelante, se serviu para denegar a isenção do impôsto predial regulada por atos municipais anteriores, procedimento oficial êste de que se origina esta ação judicial, que foi

posta em Justiça pelos ora apelados, a fim de se ver a Prefeitura compelida a conceder-lhes o mencionado favor fiscal.

Também, na seara judiciária a Prefeitura invocou como argumento de defesa, o já citado Decreto-lei federal n.º 1.202, art. 55, *in verbis*: — “Continuam em vigor as leis, os decretos, os regulamentos, as posturas, as resoluções e decisões dos governos dos Estados e Municípios em tudo quanto não fôr contrário à Constituição e às leis federais, bem como aos decretos, regulamentos, posturas, resoluções e decisões das autoridades da União nas da sua competência privativa ou principal, dispositivo êste que, no entender da apelante, tem a virtude de lei derogatória, e, destarte, veda a concessão de isenções de impostos, porque o mesmo Decreto-lei n.º 1.202 atribuiu ao Sr. Presidente da República a competência para conferir tal benefício.

Os nobres defensores do Fisco Municipal nenhuma alegação, ou contradição, fizeram quanto à matéria de fato alegada pelos litigantes adversários.

O Sr. Dr. Juiz *a quo* julgou procedente a ação, porque tem como vigente o ato municipal n.º 1.125, e assim julgou em face do próprio texto *supra* e *retro* transcrito, cuja redação tanto difere da fórmula usual “revogam-se as disposições em contrário”, tendo, ainda, o mesmo Juiz tirado dos termos do art. 40, § 4.º, mais um fundamento para seu modo de julgar, porque aí o legislador revogou expressamente atos administrativos ligados a direitos individuais.

A sentença recorrida denegou em parte a pretensão dos autores, isto é, no tocante a honorários de advogado.

Os apelados acompanharam, por seu advogado, os recursos interpostos, tendo exibido a fôlha do *Diário Oficial* do dia 12 de abril de 1944, onde está publicado o Decreto-lei estadual n.º 194, em que o Sr. Interventor Federal, baseado na Lei n.º 150, de 12 de dezembro de 1936, concedeu isenção de impostos estaduais ao Instituto Brasileiro de Farmácia e Biologia, S. A., para assim argumentarem com a vigência de leis concessivas de isenções de tributos.

Não há por onde encarrar como anti-jurídica ou injusta a sentença de primeira instância, em cuja estrutura estão garantidos princípios jurídicos e bem aplicado o método de hermenêutica, para o amparo da pretensão dos autores e ora apelados.

Na verdade, não se encontrando no contexto do Decreto-lei n.º 1.202 um dispositivo com a finalidade de revogar as legislações estaduais e municipais vigentes à data em que o dito diploma legal entrou em vigor, claro que os Atos ns. 1.125 e 98, sem embargo de conter êsses Atos normas regulando isenções tributárias, continuam vigentes, até que outro ato de igual natureza, e baixado pelo Governo Municipal, os revogue tácita ou expressamente.

Desde o momento em que o Governo da Comuna aplicou a legislação específica, por não deixar *dormindo* o Ato 1.125, a despeito do preceito do Decreto-lei n.º 1.202, em que se encostou para, mais tarde, denegar a isenção solicitada, criou-se uma situação jurídica individual regular para os apelados. (*Mais la liberté de l'Exécutif dans l'application de la loi est un problème qui appartient exclusivement à l'ordre politique. En conséquence: 1.º — L'acte d'exécution de la loi accompli par un agent au mépris des instructions gouvernementales prescrivait de laisser sommeiller la loi, acquerra cependant pleine force juridique; le fonctionnaire désobéissant aura peut être des comptes à rendre à ses supérieurs, mais son acte d'exécution sera juridiquement régulier.*” (*Traité Élémentaire de Droit Constitutionnel*, pag. 578, de JOSEPH BARTHÉLEMY et PAUL DUEZ).

Ora, no caso concreto, sustentam os autores (*sic*) que requereram e obtiveram uma vistoria prévia para constatar a condição — terreno baldio nos locais

onde iam proceder as suas construções, para o que pagaram a taxa instituída —, afirmativa esta não contestada pelos Srs. advogados da Prefeitura.

Logo, desde o momento em que os apelados tiveram a certeza de que a Prefeitura estava pondo em execução o ato de caráter legislativo local, concessório do favor de isenção tributária, e entrando nos seus cálculos esse benefício de ordem pecuniária, seria antijurídico e injusto deixar sem execução a parte complementar do ato, vale dizer, a concessão concreta do favor fiscal.

Omissis — “*Lorsque l'acte juridique a régulièrement donné naissance à une créance individuelle ou à une obligation individuelle, cette créance, cette obligation ne pouvant pas être touchée par le Parlement, que se dernier agisse comme législateur ou comme autorité administrative. Elles sont intangibles. Le Parlement ne peut pas en changer le contenu: ce contenu est fixé exclusivement par l'acte juridique unilatéral ou contractuel créateur*” (GASTON JÈZE, *Les principes généraux de Droit Administratif*, pág. 180-81, da 3.^a edição, 1925).

A interpretação dada pela apelante ao art. 32 e sua alínea XXII do invocado decreto-lei federal, não procede, visto como o legislador só condicionou à aprovação do Senhor Presidente da República os decretos-leis que se baixem após a vigência das ditas disposições controladoras de concessões tributárias, ou, melhor, não quis o legislador federal atingir as legislações já em franca execução. Interpretar de outra maneira será deixar os Estados e Municípios sem leis de capital importância para o funcionamento regular dos serviços públicos, nos quais se incluiria o serviço da Justiça.

E para documentar a verdade que vem de ser sustentada, tem o exegeta uma excelente prova no art. 23 do Decreto-lei n.º 5.511, de 21 de maio de 1943, modificador do de n.º 1.102, cujo art. 45 tem hoje a seguinte redação: “Quando não houver legislação especial regulando a concessão de subvenções, o Interventor ou Governador, ou Prefeito, somente poderá concedê-la após autorização prévia e expressa do Presidente da República e mediante expedição de decreto-lei”. Logo, a *contrario sensu*, quando já existir uma lei regulando a concessão do favor, sua vigência prescinde do plácito do Chefe da Nação.

De outra parte, o Decreto-lei n.º 1.202 tem de ser interpretado como se faz com um código, ou melhor, cabe a seu aplicador estudar suas disposições em conjunto, e isto fazendo, o exegeta vai encontrar nos arts. 33, 34 e 35 tudo quanto o legislador considerou matéria sobre que os Estados e Municípios não podem cuidar, no praticar o regime político administrativo traçado na Constituição de 1937.

É certo que essa Carta Constitucional não estabeleceu como cânone basilar o princípio da irretroatividade das leis, deixando-o, portanto, para o legislador ordinário; mas não menos verdade é que se faz mister a existência de um dispositivo expresso visando o fato passado ou praticado no regime da lei anterior, para que venha a ser atingido o direito adquirido.

Assim sendo, na ausência de um preceito legal em que figure a revogação expressa dos Atos ns. 1.125 e 98, é dever do Poder Judiciário assegurar aos municípios da cidade do Salvador o direito de requerer à Prefeitura, ora apelante, os favores que foram negados aos apelados.

Os Srs. advogados da Prefeitura aludiram a um parecer aprovado pelo Senhor Presidente da República, e emitido pela Comissão de Negócios Estaduais, num caso concreto de isenção do imposto predial, dizendo os patronos que faziam acompanhar suas razões de apelação com uma cópia, o que não se verificou, porque a cópia autêntica de fls. 48 e 49 diz respeito a um projeto de ato municipal, folhas essas que estão rubricadas por quem ora lavra este acórdão.